

Ricardo José Pereira Rodrigues

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, doutor em Ciência Política pela State University of New York, é professor de ciência política no Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – Uniplan e consultor legislativo da Câmara dos Deputados, atuando na Área XIX: ciência política e relações internacionais.

As raízes aristotélicas da Teoria do Capital Social

Resumo

Este artigo compara os elementos constitutivos da Teoria do Capital Social, proposta por Robert Putnam na década de 1990, com os parâmetros da teoria ética de Aristóteles para averiguar até que ponto a teoria de Putnam incorpora elementos do pensamento aristotélico. A análise revela que os indicadores do capital social guardam estreita equivalência com os padrões atribuídos por Aristóteles ao conceito de amizade cívica. As evidências examinadas indicam que atributos como confiança, reciprocidade, e redes de participação cívica, da teoria do capital social, equiparam-se às características da amizade cívica proposta por Aristóteles.

Palavras-chave

Capital social, participação, amizade cívica

Abstract

In this article, the author compares the chief elements of Putnam's theory of social capital, introduced in the nineties, with key principles of Aristotle's ethical and political theories. The analysis demonstrates that indicators of social capital, as conceived by Putnam, coincide, in large measure, with the parameters found in Aristotle's concept of civic friendship. Social capital's attributes of trust, reciprocity and networks of civic engagement are shown to take after the essential characteristics of Aristotle's concept of civic friendship.

Keywords

Social capital, participation, civic friendship

1. Introdução

Não constitui exagero algum afirmar que a teoria do capital social, proposta por Robert Putnam, figura entre as teorias das ciências sociais mais bem sucedidas da última metade do século XX. Postulada no início da década de 1990, a teoria do capital social tornou-se tema obrigatório dos cursos de sociologia, administração pública e política comparada na grande maioria das universidades no mundo. O livro no qual Putnam (1993) apresenta sua teoria, *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, publicado em 1993, recebeu inúmeros prêmios nos Estados Unidos, inclusive o de melhor livro sobre governo e ciência política, concedido pela Associação de editoras dos Estados Unidos, e o prêmio Louis Brownlow da Academia Nacional de Administração Pública dos Estados Unidos. Sua tradução para português, com o título de *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna* (PUTNAM, 2006), já recebeu cinco edições e inúmeras reimpressões.

A obra de Putnam também gerou uma nova agenda de pesquisa para as ciências sociais. Inúmeros pesquisadores passaram a estudar a existência ou ausência de capital social em comunidades como forma de aferir o seu grau de desenvolvimento social. Para tanto, empregavam a teoria como marco teórico. Foi o caso, por exemplo, de Tandler, que publicou o livro *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica* (TENDLER, 1998), a partir de uma pesquisa realizada no Brasil. Foi também o caso do próprio Putnam que aplicou sua teoria aos Estados Unidos no livro *Bowling Alone: the collapse and revival of American community* (PUTNAM, 2001).

Vinte anos após sua publicação, a teoria de Putnam continua a influenciar a pesquisa sobre desenvolvimento social em todas as partes do globo. Exemplos dessa influência são os trabalhos de Leal e outros (2011) acerca da atenção ao pré-natal em duas cidades do Rio de Janeiro, de Dinesen e outros (2013) acerca da violência na Guatemala e, mais recentemente, de Rodrigues (2014), sobre a participação na governança municipal.

Mais importante, contudo, é o fato de que a influência da teoria do capital social tem transcendido as salas de aula e os muros da academia para ganhar uma dimensão prática. Os indicadores de capital social desenvolvidos por Putnam vêm sendo empregados por organismos internacionais para aprimorar suas respectivas metodologias de pesquisa, planejamento e ações no âmbito do desenvolvimento social. O Banco Mundial, por exemplo, adotou os parâmetros da teoria do capital social para suas iniciativas nesta área. O site da instituição na internet assim define o capital social:

É um conceito que apresenta implicações importantes no que tange a melhoria da qualidade, da eficácia e da sustentabilidade

das operações do Banco Mundial, especialmente aquelas operações baseadas na ação comunitária (WORLD BANK, 2011, trad. nossa).

Para viabilizar a adoção de uma abordagem prática fundamentada na Teoria do Capital Social, o Banco Mundial desenvolveu uma estrutura de implementação do capital social (*social capital implementation framework*) e criou uma série de monografias com o título de *Social Capital Initiative Working Paper Series*.

Em seu trabalho, Putnam reconhece o legado de dois pensadores no processo de desenvolvimento de sua teoria do capital social com a finalidade de aferir o desempenho de instituições democráticas. Refiro-me a Maquiavel, com o conceito de virtude cívica, e a Tocqueville, por conta de suas observações acerca do papel de associações e redes de cidadãos para explicar a vitalidade da democracia. A pesquisa de Putnam recorre e ecoa tais conceitos e observações em várias passagens. Entretanto, uma análise mais aprofundada dos parâmetros da teoria do capital social revela que as raízes dos fundamentos da teoria podem ser bem mais antigas, remontando aos ensinamentos de Aristóteles a respeito da atividade política e da ética.

O objetivo do presente estudo é comparar os elementos constitutivos da teoria do capital social com os parâmetros da teoria política e ética de Aristóteles para averiguar até que ponto a teoria proposta por Putnam incorpora ou reflete elementos do pensamento aristotélico.

De fato, os conceitos de comunidade cívica, de sistemas de participação cívica, de confiança e de normas de reciprocidade postulados por Putnam como parâmetros essenciais da teoria do capital social encontram paralelos no conceito de reciprocidade e na teoria da amizade revelados por Aristóteles principalmente na *Ética a Nicômaco* (1998), mas também presentes em *Política* (2000). Nossa hipótese é que tais paralelos constituem mais do que uma mera coincidência e que os conceitos introduzidos por Aristóteles para apresentar o tipo ideal de comunidade política estariam na raiz das contribuições teóricas de pensadores como Maquiavel e Tocqueville, cujo legado, por sua vez, viria a influenciar a elaboração da teoria do capital social de Putnam.

Ao investigar como os elementos originários da teoria política e ética de Aristóteles fazem-se manifestos na teoria do capital social, o presente trabalho busca ampliar nossos conhecimentos sobre os mecanismos de aperfeiçoamento comunitário e de engajamento cívico, inerentes ao capital social, por meio da perspectiva de um pensador da Antiguidade que se debruçou sobre o mesmo assunto. Além disso, o trabalho afere a atualidade e a influência do pensamento aristotélico na formulação de parâmetros de pesquisa acadêmica e das teorias sociais contemporâneas.

No presente trabalho, optou-se por usar as traduções das obras de Aristóteles para o inglês ao invés de obras traduzidas para o português. A preferência pela tradução para o idioma inglês deveu-se ao fato de que a literatura internacional sobre a teoria aristotélica da amizade dialoga mais diretamente com as traduções inglesas das obras de Aristóteles citadas.

2. A teoria do capital social

A teoria do capital social é o título genérico que se dá às linhas de pesquisa que enfatizam o papel do cidadão civicamente engajado na gestão e na governança pública. Cunhado originalmente pelo sociólogo James Coleman (1990), o conceito tornou-se central aos estudos de participação pública nas decisões de governo após a publicação do livro de Robert Putnam (1993) sobre o caso italiano. Capital social refere-se a cadeias de relações sociais e a regras informais de reciprocidade, assistência mútua e confiança entre membros de uma determinada comunidade.

Em sua pesquisa na Itália, Putnam encontrou conexões entre o desempenho governamental e o capital social. Ele observou que, em regiões onde o capital social existia em abundância, as entidades de governo revelavam-se mais responsivas aos problemas locais e a população mostrava-se mais satisfeita com o desempenho das instituições de governo. Por outro lado, nas regiões italianas nas quais estavam ausentes a vida associativa e o espírito de engajamento cívico da população, que caracterizam o capital social, o serviço público mostrou-se muito pouco sensível às demandas dos cidadãos e estes, por sua vez, mostraram-se altamente insatisfeitos com o desempenho de seus respectivos governos regionais. A mensagem legada pelo trabalho de Putnam é que comunidades com forte espírito e engajamento cívicos, ou seja, com capital social, reforçam o bom governo democrático e vice-versa.

Coleman afirma que “como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a realização de certos fins que não seria possível em sua ausência” (COLEMAN, 1990, p. 302, trad. nossa). Para Putnam, isso significa que o capital social pode aprimorar a eficiência de comunidades ao facilitar ações coordenadas. Segundo ele, “o capital social facilita a cooperação espontânea” (PUTNAM, 2006, p.177).

A confiança é um componente essencial do capital social. De acordo com Putnam, “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (1993, p.171).

Putnam adverte, contudo, que a confiança necessária para dar sustentação à cooperação não é uma confiança cega. Segundo ele, “a confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente” (PUTNAM,

2006, p.180). Em comunidades pequenas e coesas, tal previsão pode basear-se numa confiança irrestrita “que resulta do convívio íntimo com aquela pessoa. Em contextos mais amplos e complexos, porém, é preciso haver uma forma de confiança mais impessoal ou indireta” (PUTNAM, 2006, p.181).

De acordo com Putnam, a confiança social, que se faz necessária em contextos modernos e complexos, pode originar-se de duas fontes interligadas: regras informais de reciprocidade e sistemas de engajamento ou de participação cívica (PUTNAM, 2006, p.181). Tais sistemas de engajamento são uma forma essencial de capital social. Quanto mais sistemas existirem numa comunidade, maior será a probabilidade de os cidadãos cooperarem em prol do benefício coletivo. No caso italiano, Putnam descobriu que as melhores fontes de capital social eram organizações de estrutura horizontalizada, tais como clubes esportivos, associações culturais, organizações voluntárias, cooperativas, etc. A pesquisa de Putnam constatou a existência de uma correlação positiva entre o número de membros de tais organizações horizontais e bons governos, e, de uma correlação negativa entre bons governos e o número de membros de organizações de estrutura altamente hierarquizada (PUTNAM, 2006, p.185).

As lições que Putnam extraiu da pesquisa na Itália não foram todas otimistas, entretanto. Embora ele tivesse descoberto que quanto mais cívica fosse uma comunidade, melhor seria o desempenho de suas instituições de governo, ele concluiu que o tipo de engajamento cívico que constitui capital social tem, pelo menos no caso italiano, profundas raízes históricas. Para Putnam, capital social é algo que as comunidades herdaram de seu contexto histórico, com poucas possibilidades de ser produzido autonomamente. Em outras palavras, aquelas comunidades que, ao longo de sua história, desenvolveram capital social tenderiam a preservá-lo e aumentá-lo, enquanto as comunidades que carecem de capital social continuariam a tê-lo em pouca quantidade.

3. Amizade cívica e reciprocidade na teoria aristotélica

A operacionalização da teoria do capital social por meio de parâmetros como cadeias de relações sociais, regras informais de reciprocidade, assistência mútua e confiança entre os membros de uma determinada comunidade remete-nos, de pronto, a conceitos primeiramente introduzidos por Aristóteles em suas obras de natureza política e ética. É o caso, em particular, da teoria da amizade de Aristóteles, encontrada na *Ética a Nicômaco* (1998).

Em sua teoria, Aristóteles postula a amizade como um fenômeno inerente aos seres humanos e como uma necessidade para a vida em sociedade. Para ele, trata-se de um bem imaterial tão necessário à vida que “ninguém escolheria viver sem amigos ainda que possuísse todos os outros bens” (ARISTOTLE,

1998, p.138, trad. nossa). Parafraseando Aristóteles, Arendt afirma que “comunidade é aquilo que a amizade realiza” (ARENDDT, 2005, p. 16, trad. nossa).

A maior parte da dissertação de Aristóteles sobre o tema é dedicada a classificar os tipos de amizade. Entretanto, o conjunto de sua análise desta tipologia deixa claro o valor da amizade para a promoção do espírito cívico e da vida em comunidade.

Aristóteles explicita apenas três formas de amizade que se distinguem segundo a motivação dos que estão nela envolvidos. Para ele, a amizade pode ser motivada por prazer, por considerações de utilidade ou pela benevolência. Cooper, porém, afirma que, embora não explicitada formalmente por Aristóteles, sua teoria implicitamente trata de uma quarta forma de amizade, que ele chama de amizade cívica. De acordo com Cooper, trata-se de “uma forma especial de amizade, característica de comunidades (cívicas)... fundamentada na experiência e expectativa continuada, da parte de cada cidadão, dos benefícios e vantagens para si e para os outros derivados da filiação a uma associação cívica” (1977, p. 645-646, trad. nossa). Esta visão da teoria da amizade de Aristóteles que inclui a amizade cívica tem sido reiterada por outros autores, a exemplo de Schwarzenbach (1996), Bentley (2013) e Leontsini (2013).

No contexto da amizade cívica, Aristóteles enxergava a amizade como um sólido pilar da vida em sociedade. Para ele, a amizade constituía o laço que unia os indivíduos nas comunidades sociais (ARISTOTLE, 1998, p. 138). Ela estava na base da criação de tais comunidades sendo “a própria razão de ser da sociedade” (ARISTOTLE, 2000, p. 119) e “o bem mais precioso dos Estados” (ARISTOTLE, 2000, p. 59, trad. nossa). Em *Política*, ele assim disserta sobre a amizade:

Consideramos a amizade o maior bem para os Estados e a melhor salvaguarda contra revoluções; e não há nada que Sócrates tenha louvado mais do que a unidade do Estado que ele e todo mundo enxergam como uma consequência da amizade (ARISTOTLE, 2000, p. 59-60, trad. nossa).

De acordo com Aristóteles, a amizade tem um efeito equalizador nas comunidades. Para ele, “todas as formas de amizade existem num estado de igualdade” (ARISTOTLE, 1998, p. 146, trad. nossa). Arendt explica que esta concepção de Aristóteles não implicava que uma comunidade fosse necessariamente composta por iguais, “mas, muito pelo contrário, que ela fosse formada por pessoas que são diferentes e desiguais” (ARENDDT, 2005, p. 17, trad. nossa). Segunda a interpretação de Arendt, a comunidade passa a existir a partir e por meio dessa equalização, que ela chama em Grego de *isasthenai*. Para ela, “a equalização na amizade não significa, é claro, que os amigos passam a ser iguais

entre si, mas que se tornam parceiros iguais num mundo comum – que juntos constituem uma comunidade” (ARENDDT, 2005, p. 17, trad. nossa).

Ademais, Aristóteles chega a considerar a amizade um fator de bem-estar comunitário mais importante até do que a justiça. De acordo com ele, “quando as pessoas são amigas não há necessidade de justiça, enquanto que quando são justas, ainda precisam da amizade e a mais verdadeira forma de justiça é aquela que apresenta qualidades inerentes à amizade” (ARISTOTLE, 1998, p. 138-139, trad. nossa). Arendt explica que, “para Aristóteles, a amizade é mais elevada do que a justiça porque esta já não é necessária entre amigos” (ARENDDT, 2005, p. 17, trad. nossa). Schwarzenbach vai além ao afirmar que a amizade cívica, como postulada por Aristóteles, destaca-se “como uma condição necessária para uma justiça genuína” (SCHWARZENBACH, 1996, p. 98, trad. nossa).

Está claro que a amizade cívica implícita na teoria aristotélica não equivale a nenhum dos tipos de amizade classificados por Aristóteles. Ela não se baseia na busca pelo prazer, não é estritamente utilitária, no sentido de usar a amizade para tirar alguma vantagem ou lucro, e não é estritamente benevolente e virtuosa, no sentido mais altruísta desse tipo de amizade. A amizade cívica incorpora tanto as qualidades utilitaristas quanto altruístas daquelas formas de amizade para gerar um caráter mais societário de amizade que se fundamenta na noção de vantagem mútua para os amigos cívicos. Não há, como na amizade estritamente pessoal, o senso de intimidade e vínculo emocional com o outro. Contudo, altruísmo e virtude não deixam de existir numa forma de amizade que, como a cívica, tem a capacidade de gerar confiança mútua e espírito de coesão entre membros de uma mesma comunidade.

Cabe mencionar outro elemento crucial da concepção geral de Aristóteles sobre a comunidade política. Trata-se da reciprocidade que, de certa forma, complementa o conceito de amizade cívica.

Collins lembra que Aristóteles apresenta o conceito no contexto de uma análise das condições para o intercâmbio econômico necessário para a vida em comunidade (COLLINS, 2004, p. 55). Entretanto, os argumentos de Aristóteles não se limitam àquele contexto, resvalando para o contexto político. Para ele, a reciprocidade constitui um princípio de justiça. Assim como a amizade, a reciprocidade forma e fortalece os laços de união na sociedade (ARISTOTLE, 1998, p. 84). Mais importante, segundo Aristóteles, “é por intermédio da ação de reciprocidade proporcional que a comunidade social se mantém unida” (ARISTOTLE, 1998, p. 84, trad. nossa).

4. Aristóteles e o capital social

Com base na pesquisa empírica realizada durante um período de mais de 20 anos na Itália, Putnam pode construir sua teoria do capital social para com ela compreender o funcionamento das instituições democráticas. Na pesquisa, ele constatou que o civismo e a vida associativa são peças fundamentais para a vitalidade da democracia e que o capital social aparece como o fator chave para explicar variância no desempenho democrático.

Segundo Putnam, os problemas de desempenho institucional nas sociedades democráticas acontecem devido à existência de dilemas de ação coletiva. Tais dilemas constituem obstáculos para a cooperação entre indivíduos em benefício mútuo. Ele vê a coerção de um terceiro como uma solução inadequada para sanar tais problemas. A cooperação voluntária, por sua vez, depende do capital social (PUTNAM, 2006, p. 186). Putnam assim descreve o papel e os atributos do capital social na solução dos dilemas de ação coletiva:

As regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura. A própria confiança é uma propriedade do sistema social, tanto quanto um atributo social. Os indivíduos podem ser confiantes (e não simplesmente crédulos) por causa das normas e dos sistemas em que se inserem seus atos (PUTNAM, 2006, p. 186).

Observa-se, pois, que os elementos constitutivos do capital social são precisamente a reciprocidade, a confiança, e os sistemas de participação ou engajamento cívico. É a aferição da presença, em maior ou menor grau, desses elementos numa dada comunidade que permite averiguar o seu estoque de capital social. Como explica Putnam, são eles “as características que definem a comunidade cívica” (2006, p. 186).

Ora, a semelhança desses elementos constitutivos do capital social com os fundamentos da teoria da amizade de Aristóteles é flagrante. Reciprocidade, confiança e amizade cívica, compreendida aqui como uma forma de participação cívica, formam a base de ambas as teorias.

Com respeito à reciprocidade, Aristóteles trata-a como uma necessidade para garantir a igualdade entre os indivíduos de uma comunidade. E esta igualdade manifesta-se, para ele, como um requisito da existência da própria comunidade. Collins destaca que tal igualdade, não importando como seja determinada, forma a base da lei e da justiça (COLLINS, 2004, p. 55). Em outras palavras, para Aristóteles, se não há reciprocidade entre os membros de uma comunidade não há como assegurar o

futuro dessa comunidade como uma associação política. Ela está no alicerce de qualquer sistema de trocas ou de intercâmbio, seja de bens, de presentes, assim como de boas ações.

Putnam, por sua vez, esclarece que a reciprocidade se destaca como uma das mais importantes regras informais de vida comunitária que fortalecem a confiança social. Ele afirma existirem dois tipos de reciprocidade: a reciprocidade balanceada e a reciprocidade generalizada. Assim ele descreve as duas formas:

A primeira diz respeito à permuta simultânea de itens de igual valor; por exemplo, quando colegas de trabalho trocam seus dias de folga ou quando políticos combinam apoiar-se mutuamente. A reciprocidade generalizada diz respeito a uma contínua relação de troca que a qualquer momento apresenta desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro. A amizade, por exemplo, quase sempre implica reciprocidade generalizada (PUTNAM, 2006, p. 181).

Para Putnam a reciprocidade generalizada é um componente altamente produtivo de capital social. “As comunidades em que essa regra é obedecida têm melhores condições de coibir o oportunismo e solucionar problemas de ação coletiva” (PUTNAM, 2006, p. 182).

Note-se que o próprio Putnam cita a amizade como um estímulo à reciprocidade generalizada. Isto é, ele faz, mesmo que inconscientemente, uma ligação com a teoria aristotélica. Pouco há para diferenciar o conceito aristotélico de reciprocidade e seus benefícios para a vida comunitária do conceito de regra de reciprocidade vinculado à teoria do capital social. Observe-se que até a linguagem usada por Putnam para descrever os dois tipos de reciprocidade, enfatizando a permuta de itens e bens entre indivíduos, emprega um jargão próprio da economia. Este fato, em si, remete-nos ao contexto no qual Aristóteles abordou a questão da reciprocidade. Segundo Collins tal contexto era o da “análise das condições econômicas para o intercâmbio econômico necessário à vida comum de indivíduos em busca do bem” (COLLINS, 2004, p. 55, trad. nossa).

No que tange à confiança, Putnam descreve-a como “um componente básico do capital social” (PUTNAM, 2006, p. 180). De acordo com ele, “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM, 2006, p. 180).

Putnam esclarece, contudo, que a confiança necessária para fomentar a cooperação em comunidades não é uma confiança cega. A confiança impli-

ca uma previsão do comportamento de um ator independente (PUTNAM, 2006, p. 180). Para ilustrar esse ponto, Putnam recorre a Partha Dasgupta, com a seguinte citação:

Você não confia em que uma pessoa (ou uma entidade) fará alguma coisa simplesmente porque ela disse que faria. Você só confia porque, conhecendo a disposição dela, as alternativas de que dispõe e suas consequências, a capacidade dela e tudo o mais, você espera que preferirá agir assim (PUTNAM, 2006, p. 180).

O agregado de comportamentos semelhantes transforma a confiança pessoal em confiança social, que afeta toda uma comunidade. A agregação que resulta em confiança social está também relacionada com a existência de reciprocidade e participação cívica numa comunidade.

A confiança social descrita por Putnam guarda estreita semelhança com a amizade cívica de Aristóteles. Isso pode ser facilmente constatado na descrição desse conceito aristotélico feita por Cooper:

Numa comunidade regida pela amizade cívica, cada cidadão presume que todos os demais, mesmo aqueles que não são por ele conhecidos, apoiam voluntariamente suas instituições comuns e contribuem de forma voluntária para o produto social comum, do qual, ele e os demais cidadãos, se beneficiam. Assim, os cidadãos abordarão uns aos outros, seja para negócios ou para outros propósitos, num espírito de boa vontade e disposto a sacrificar seus próprios interesses imediatos em prol dos interesses dos outros, como exige a amizade (COOPER, 1977, p. 646, trad. nossa).

Segundo Cooper, no contexto da amizade cívica, os cidadãos mostram-se obsequiosos ao invés de suspeitosos, sempre prontos a ceder ao invés de optarem pela intransigência quando envolvidos em disputas (COOPER, 1977, p. 646). Em um estudo posterior, Cooper chega a empregar a palavra confiança entre os atributos da amizade cívica (1999). Segundo ele, “como todas as formas de relacionamentos merecedoras do nome ‘amizade’, a amizade cívica envolve boa vontade mútua (e) *confiança*” (COOPER, 1999, p. 370, trad. nossa).

Não resta dúvida de que a boa vontade mútua e a confiança que se fazem presentes na amizade cívica equivalem à confiança social inerente ao capital social de que fala Putnam.

Da mesma forma, observa-se uma equivalência entre a os sistemas de participação cívica patentes no capital social e a amizade cívica aristotélica. Putnam afirma que os sistemas de participação cívica representam uma intensa interação horizontal. Associações comunitárias, cooperativas, clubes de futebol e clubes orfeônicos são citados por Putnam como

exemplos de instituições que incorporam a natureza de sistemas de participação cívica. Assim como acontece com a reciprocidade, esses sistemas são uma forma essencial de capital social estimulando a cooperação em benefício mútuo (PUTNAM, 2006, p. 183). Segundo Putnam, esses sistemas de participação cívica estimulam a cooperação porque “aumentam os custos potenciais para o transgressor em qualquer transação individual”, “promovem sólidas regras de reciprocidade”, facilitam a comunicação e “o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos”, “permitindo que boas reputações sejam difundidas e consolidadas”, e “corporificam o êxito alcançado em colaborações anteriores, criando assim um modelo culturalmente definido para futuras colaborações” (PUTNAM, 2006, p. 183).

A característica mais importante desses sistemas é sua horizontalidade. Eles representam o oposto das organizações altamente hierarquizadas, nas quais o capital social encontra-se ausente. A horizontalidade, na pesquisa de Putnam, foi precisamente o traço desses sistemas que permitiu uma correlação positiva com o bom desempenho institucional.

Ora, a horizontalidade que marca esses sistemas de participação cívica encontra um paralelo no efeito equalizador da amizade. Para Aristóteles, a amizade cívica fundamenta-se na existência de uma igualdade e produz continuamente a igualdade entre os membros da comunidade (ARISTOTLE, 1998, p. 147, trad. nossa). Dessa forma, a igualdade entre os indivíduos da sociedade torna-se tanto requisito quanto subproduto da amizade. Arendt explica que o processo de equalização permitido pela amizade se dá em todos os intercâmbios, entre o médico e o fazendeiro, por exemplo. Quando a equalização acontece de forma não econômica, sendo essencialmente política, temos a amizade, ou *philia* (ARENDR, 2005, p. 17).

Essa equalização efetivada pela amizade cívica aristotélica tem na horizontalidade dos sistemas de participação cívica descritos por Putnam sua contrapartida moderna.

Há, pois, estreita correspondência entre os elementos essenciais da amizade cívica postulada por Aristóteles e o parâmetros constitutivos do capital social teorizado por Putnam.

5. Considerações finais

A tese de que a teoria aristotélica da amizade possa contribuir à compreensão das complexidades da política contemporânea não é consensual no meio acadêmico. Não faltam teóricos para argumentar o contrário. Bryan, por exemplo, é taxativo ao afirmar que não se pode fiar nas ideias de Aristó-

teles para explicar a política hoje. Segundo ele, “se concebermos a amizade como uma base para a política democrática atual, fica claro que não estaremos mais falando de Aristóteles. Pois a possibilidade de se ter a amizade como um fenômeno balizador da política não é mais como já foi. Então, por que apoiar-se em Aristóteles hoje?” (BRYAN, 2009, p. 770, trad. nossa). Para ele, se vamos levar os ensinamentos de Aristóteles a sério, deveríamos evitar a busca por amizade na política moderna (BRYAN, 2009, p. 771).

Postura semelhante é defendida por Bentley (2013). De acordo com ele, caso a noção aristotélica de estima desinteressada seja equiparada à amizade cívica, uma concepção totalmente indesejada das relações políticas acaba sendo gerada (BENTLEY, 2013, p. 6). Nas palavras deste teórico, “enquanto estivermos tratando de ambientes políticos liberais-democráticos, o nível de intolerância sugerido pela concepção virtuosa de amizade aristotélica é simplesmente inaceitável como uma base para nossas próprias comunidades” (BENTLEY, 2013, p. 6, trad. nossa). Por isso, Bentley mostra-se reticente para empregar o pensamento de Aristóteles sobre a amizade no estudo das democracias contemporâneas (BENTLEY, 2013, p. 6).

Entretanto, a análise apresentada neste trabalho demonstra que os conceitos de Aristóteles desenvolvidos para se analisar a política e a vida em sociedade permanecem atuais e continuam a influenciar teorias contemporâneas. A análise demonstrou que os parâmetros e indicadores do capital social, na forma como foram explorados por Robert Putnam no início dos anos noventa, coincidem, em larga margem, com os padrões atribuídos por Aristóteles ao conceito de amizade cívica. Nesse sentido, a herança intelectual da teoria do capital social vai muito além de Maquiavel e Tocqueville, como afirma Putnam, para alcançar o pensamento filosófico de Aristóteles. Os atributos de confiança, reciprocidade, e sistemas de participação cívica, entre outros, que caracterizam a teoria do capital social equivalem a características essenciais da amizade cívica proposta por Aristóteles como um fator decisivo da formação e bem-estar das comunidades.

A elegância e consistência da teoria do capital social tornaram-na uma das mais importantes teorias sociais do nosso tempo. O fato de possuir raízes intelectuais tão profundas em nada desmerece seu valor como marco teórico para se compreender o funcionamento das democracias e se aferir sua responsividade e qualidade para o cidadão. Muito pelo contrário, a constatação de tal herança filosófica apenas confere-lhe ainda maior robustez e legitimidade.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDT, H. *The Promise of politics*. New York: Schocken books, 2005.
- ARISTOTLE. *Nicomachean ethics*. Trad. D. P. Chase. Mineola, NY: Dover Publications, 1998.
- ARISTOTLE. *Politics*. Trad. Benjamin Jowett. Mineola, NY: Dover Publications, 2000.
- BENTLEY, R. K. Civic friendship and thin citizenship. *Res Publica*, v. 19, p. 5-19, 2013.
- BRYAN, B. Approaching others: Aristotle on friendship's possibility. *Political Theory*, v. 37, n. 6, p. 754-779, 2009.
- COLEMAN, J. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- COLLINS, S. Moral virtue and the limits of the political community in Aristotle's *Nicomachean Ethics*. *American Journal of Political Science*, v. 48, n. 1, p. 47-61, 2004.
- COOPER, J. M. Aristotle on the forms of friendship. *The Review of Metaphysics*, v. 30, n. 4, p. 619-648, 1977.
- COOPER, J. M. *Reason and emotion: essays on ancient moral psychology and ethical theory*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- DINESEN, C.; RONSBO, H.; JUAREZ, C.; GONZALEZ, M.; ESTRADA MENDEZ, M.A.; MODVIG, J. Violence and social capital in post-conflict Guatemala. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 34, n. 3, p. 162-168, 2013.
- LEAL, M. C.; PEREIRA, A. P.; LAMARCA, G. A.; VETTORE, M. V. The relationship between social capital, social support and the adequate use of prenatal care. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, n. 2, p. 237-253, 2011.
- LEONTSINI, E. The motive of society: Aristotle on civic friendship, justice, and concord. *Res Publica*, v. 19, p. 21-35, 2013.
- PUTNAM, R. D. *Making democracies work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: the collapse and revival of American community*. New York: Touchstone Books, 2001.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

RODRIGUES, R.J.P. Participação, capital social e gestão municipal. *Fórum Municipal & Gestão das Cidades*, v. 1, n. 2, p. 55-68, 2013.

SCHWARZENBACH, S. A. On civic friendship. *Ethics*, v. 107, n. 1, p. 97-128, 1996.

TENDLER, J. *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica*. Trad. Maria Cristina Cupertino. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

WORLD BANK. Overview: social capital. *The world Bank Group*, Washington, DC, 2011. Disponível em:

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXT-SOCIALDEVELOPMENT/EXTTSOCIALCAPITAL/0,,contentMDK:20642703-menuPK:401023-pagePK:148956-piPK:216618-theSitePK:401015,00.html>. Acesso em: 27/08/2015.

— |

| —

— |

...
| —